



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO N° : 72000.000567/2009-33
UNIDADE AUDITADA : SNPTUR/MTUR
CÓDIGO UG : 540006
CIDADE : BRASÍLIA
RELATÓRIO N° : 224445
UCI EXECUTORA : 170979

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 224445, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPDTur.

I - INTRODUÇÃO

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 31 de março a 26 de junho de 2009, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Audidata, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-57/2008 e pelas DN-TCU-94/2008 e 97/2009.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-94/2008, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

4.1 RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur é responsável por formular, executar e monitorar a macropolítica para o setor de turismo no Brasil, sendo composta pelos seguintes departamentos:

- Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico - DEAOT;
- Departamento de Estudos e Pesquisas - DEPES;
- Departamento de Planejamento e Avaliação do Turismo - DEPAT;
- Departamento de promoção e marketing Nacional - DPMKN;
- Departamento de relações Internacionais do Turismo - DRELT.

O principal instrumento de planejamento e gestão da SNPTur, bem como das demais unidades jurisdicionadas do Ministério do Turismo, é o Plano Nacional de Turismo (PNT 2007/2010), que orienta a ação ministerial neste quadriênio. O PNT possui uma dimensão programática, sendo organizado em Macroprogramas e Programas, tratados de forma integrada.

Os macroprogramas são desdobramentos temáticos, definidos em função de seu potencial de contribuição para o alcance das metas do PNT. O Plano estabelece oito macroprogramas, sendo que a SNPTur possui ações orçamentárias prioritariamente inseridas em quatro deles, a saber:

- Planejamento e Gestão
- Informação e Estudos Turísticos
- Regionalização do Turismo
- Promoção e Apoio à Comercialização

De maneira mais específica, a SNPTur desempenha principalmente atividades ligadas aos Programas de Governo 1001 - Gestão de Política de Turismo e 1166 - Brasil: Uma Viagem de Inclusão. Por meio destes Programas e suas respectivas Ações, a Secretaria visa contribuir para o crescimento do Turismo no país, tendo aplicado, para tanto, R\$ 337,9 milhões em suas ações finalísticas, durante o exercício de 2008.

PROGRAMA: 1001 - Gestão da Política de Turismo

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, bem como a avaliação e controle dos programas na área do turismo.

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA:

11Y1 - Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Desempenho do Plano Nacional de Turismo;

4092 - Elaboração de Planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas;

4104 - Sistema de Informações Turísticas;

8256 - Apoio à Comercialização do Produto Turístico Brasileiro no mercado interno.

EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 1001 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO									
			EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			
Ação	Produto	Und medida	Meta Prevista	Meta Realizada	% executado	Valor Previsto	Valor Empenhado	Valor Pago	% empenhado
11Y1 Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Desempenho do PNT	Sistema Desenvolvido	% exec. física	5	5	100%	2.214.000	1.610.408	1.605.608	73%
4092 Elaboração de Planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas	Plano Elaborado	Und	20	4	20%	5.323.000	5.079.335	3.885.296	95%
4104 Sistema de Informações Turísticas	Sistema Implantado	Und	1	1	100%	4.512.000	3.111.810	2.756.416	69%
8256 Apoio à Comercialização do Produto Turístico Brasileiro no mercado interno	Pessoa apoiada	Und	11	2	18%	7.900.000	7.844.218	5.389.462	99%

Foram analisados os dados apresentados, buscando verificar os resultados obtidos com as principais ações desse programa.

A Ação **4104** - Sistema de Informações Turísticas, por meio da qual foram efetuados estudos e levantamentos visando à estruturação e a disseminação de informações gerenciais sobre o turismo, apresentou execução satisfatória, englobando as seguintes pesquisas:

- Demanda Turística Internacional (FIPE);
- Boletim de Desempenho Econômico do Turismo (FGV);
- Pesquisa de Sondagem de Expectativas do Consumidor - Análise do Setor de Viagens (IBRE - FGV);
- Estudo Estratégico sobre o Turismo Internacional (FIPE);
- Mercado de Trabalho no Setor de Turismo (IPEA);

Foi informado que, além desses estudos, efetuados por instituições de pesquisa que detêm credibilidade no país, a própria SNPTur tem feito acompanhamentos e compilação de dados sobre a movimentação nos principais aeroportos do país, a receita cambial derivada do turismo e fluxo de entrada de estrangeiros, dentre outras informações, constantes do Relatório de Gestão 2008. Tal iniciativa auxilia na visualização de um panorama do turismo no Brasil, indicando áreas em que a atuação do Mtur seja necessária.

A tabela fornecida no Relatório de Gestão 2008, com os dados de execução, apresentou algumas incoerências entre a realização das metas físicas e financeiras, que foram questionadas pela equipe de auditoria. Quanto a isso, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo explicou que "é importante ressaltar que o quadro apresentado no Relatório de Gestão da SNPTur - Ano Base 2008, indica valores de todos os localizadores de

determinada Ação orçamentária." Assim sendo, "(...) o quadro contempla valores de metas físicas previstas, metas físicas realizadas, e execução orçamentária e financeira dos recursos de programação, emendas de comissão, emendas de bancada, e individuais. Desta forma, alguns valores díspares do quadro acima, se refletem em dados físicos previstos superestimados, para alguns localizadores exclusivamente de emendas parlamentares." (grifos não contidos no original)

Em sua explanação, a Secretaria apontou que o SIGPLAN apresenta os dados de forma generalizada, desconsiderando os localizadores das ações individualmente. Dessa maneira, ao reunir os recursos orçamentários do próprio Mtur aos provenientes de emendas parlamentares, o SIGPLAN traz metas superestimadas, diante dos recursos apresentados. Segundo a Secretaria, os dados corretos constam do SIGTUR - Sistema de Informações Gerenciais do Ministério do Turismo, que serão apresentados na seqüência.

No caso do Programa 1001, especialmente as ações **4092 - Elaboração de Planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas** e **8256 - Apoio à Comercialização do Produto Turístico Brasileiro no mercado interno** foram objeto de esclarecimentos, por parte da SNPTur, sendo demonstradas a seguir as justificativas do gestor:

EXECUÇÃO DAS AÇÕES 8256 e 4092 - retificações					
			EXECUÇÃO FÍSICA		
Ação	Produto	Unidade medida	Meta Prevista	Meta Realizada	% executado
8256 Apoio à Comercialização do Produto Turístico Brasileiro no mercado interno	Pessoa Jurídica apoiada	Unidade	11	2	18%
4092 Elaboração de Planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas	Plano Elaborado	Unidade	15 (*)	4	27%

Fontes: SIGTur - Sistema Integrado de Gestão do Turismo - 2008

(*) No caso da Ação 4092, o quadro apresenta um erro. O valor, conforme o próprio SIGPLAN é de "15".

Após a apresentação dos dados quantitativos dos localizadores "0001" das Ações selecionadas, o Mtur apresentou os seguintes esclarecimentos qualitativos sobre o processo de planejamento e execução das metas físicas das referidas Ações:

AÇÃO 4092 - Elaboração de Planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas:

Manifestação SNPTur:

"Como informado no rodapé do segundo quadro, a meta física prevista para a Ação 4092 em 2008 é de 15, e não 20 como informado anteriormente. Entretanto, o produto principal esperado para a Ação é "Instância de Governança Instituída", conforme informado no campo "Comentários Gerais", no SIGPlan:

"Tendo em vista a continuidade de ações do Programa de Regionalização do Turismo e como identificamos a necessidade de fortalecer a gestão do Programa nas regiões turísticas, a meta ou produto desta Ação não é "Plano Elaborado", e sim "Instância de

Governança Instituída”.

Vale ressaltar que a alteração do produto para esta Ação já foi solicitada inúmeras vezes ao Ministério do Planejamento, tanto na ocasião das revisões anuais do PPA, como em oficina promovida pela SPI daquele Ministério, mas a mudança ainda não foi processada.

Neste sentido, não obstante apenas 4 instâncias de governança terem o status de “instituídas”, outras 35 instâncias de governança regional, já instituídas anteriormente, foram fortalecidas, bem como outras receberam as primeiras visitas técnicas para processo de criação da instância. Estas atividades também demandam aplicação de recursos, entretanto configuram etapas preliminares ao processo de criação ou fortalecimento de instâncias, e conseqüentemente não foram consideradas na contabilização das metas físicas, o que pode gerar a impressão aparente de baixa execução física.” (informado por meio eletrônico)

Ação 8256 - Apoio à Comercialização do Produto Turístico Brasileiro no mercado interno:

Manifestação SNPTur:

“A finalidade desta ação, como definida no próprio PPA, é “incentivar a cadeia de distribuição do turismo e promover a inserção de novos grupos de consumidores, o aumento dos pacotes turísticos ofertados e a dinamização dos fluxos turísticos domésticos”. Neste sentido, faz-se necessária uma correção no produto esperado para a Ação. Logo, onde se lê: “pessoa apoiada”, deve se entender como “pessoa jurídica apoiada”, visto que esta coordenação analisa e apóia associações civis de direito privado sem fins lucrativos, governos estaduais, municipais e o Distrito Federal, em atividades de acesso a mercado com foco em promoção, englobando ações do composto de marketing como: campanhas de divulgação, ações promocionais, eventos e outras que se encaixem em estratégias de divulgação de destinos turísticos junto a diferentes públicos-alvo.

Diante do exposto, e reanalisando os empenhos realizados em 2008 na referida funcional identificaram-se 12 diferentes projetos de apoio a pessoas jurídicas, com objetos como eventos, campanhas promocionais, e outras atividades que incentivam a cadeia de distribuição, fortalecendo o mercado, de acordo com a finalidade desta Ação, já descrita acima. Sendo assim, a meta física realizada em 2008, foi de 12 pessoas jurídicas apoiadas, superando a meta prevista de 11. Entretanto, estes valores, apesar de entendidos como projetos de apoio a comercialização, não tiveram sua execução devidamente preenchida e considerada no SIGPLAN. Pelo exposto, esta coordenação tomou medidas de correção para aperfeiçoar o monitoramento do atual exercício, aprimorando assim a gestão de recursos e avaliação de resultados desta Ação.”

PROGRAMA 1166 - Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS: Aumentar o fluxo do turismo mediante a estruturação e diversificação da oferta turística brasileira.

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA:

- 4038** - Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional;
- 4620** - Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno;
- 4622** - Estruturação de Roteiros Turísticos;

5130 - Salão Brasileiro do Turismo.

EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 1166 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO									
			EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			
Ação	Produto	Und medida	Meta Prevista	Meta Realizada	% executado	Valor Previsto	Valor Empenhado	Valor Pago	% empenhado
4038 Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional	Campanha realizada	Und	156	17	11%	56.636.960	54.485.550	46.484.928	96%
4620 Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno	Evento realizado	Und	2.823	1.565	55%	309.058.329	256.912.714	187.510.265	83%
4622 Estruturação de Roteiros Turísticos	Roteiro elaborado	Und	15	0	0%	2.565.000	2.106.299	1.596.572	82%
5130 Salão Brasileiro do Turismo	Evento realizado	Und	11	1	9%	8.092.000	8.092.000	7.544.087	100%

De forma similar, a tabela de ações apresentada para o Programa 1166 - Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão também demonstrou incongruências em relação à execução das metas físicas e financeiras, em relação às ações 4038, 4620 e 5130.

Especialmente quanto à Ação 4622 - Estruturação de Roteiros Turísticos, consta no Relatório de Gestão 2008 que esta ação está diretamente integrada à Ação 4092 - Elaboração de planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas (do Programa 1001 - Gestão da Política de Turismo). Assim sendo, a Ação 4622 e a elaboração dos roteiros devem ter sua execução iniciada assim que o planejamento e organização das regiões turísticas pretendidos com a Ação 4092 seja alcançado.

Acerca das demais ações, SNPTur apresentou um novo quadro, retificando as informações apresentadas inicialmente e acrescentou explicações sobre cada uma delas, como segue:

EXECUÇÃO DAS AÇÕES 4038, 4620 e 5130 - retificações					
			EXECUÇÃO FÍSICA		
Ação	Produto	Unidade medida	Meta Prevista	Meta Realizada	% executado
4038 Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional	Campanha Realizada	Unidade	46	17	37%
4620 Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno	Evento Realizado	Unidade	932	460	49%
5130 Salão Brasileiro do Turismo	Evento Realizado	Unidade	11	1	9%

4038 - Campanha para a Promoção do Turismo no Mercado Nacional

Manifestação SNPTur:

"Como demonstrado nos quadros acima, há grande diferença entre os valores de previsão física, ao considerar todos os localizadores da Ação, e ao considerar apenas o localizador "0001". Isto se explica pelos localizadores 0056, 0058, 0060, e 0062, cujo orçamento somado é de R\$ 3.280.000,00 e a previsão de meta física somada segundo a LOA é de 110 campanhas. Como se percebe, esta previsão é extremamente superestimada por parte dos parlamentares/bancadas que propuseram emendas a Ação 4038. Somente no localizador 0058, a previsão é de 101 campanhas, com reduzido orçamento de R\$ 1.300.000,00.

"Relativamente às metas físicas previstas no localizador 0001, totalizando 46, temos a esclarecer que foi levado em consideração 27 campanhas para as 27 Unidades da Federação que são atendidas através da verba descentralizada. Trata-se de uma verba deste MTur, destinada aos estados para que façam a promoção de seus destinos, e foi considerada a meta de 01 campanha promocional para cada UF, totalizando 27. Entretanto, estes valores, apesar de previstos como campanhas a serem realizadas, não tiveram sua execução devidamente preenchida no SIGPlan.

"Das 19 metas restantes, 17 foram executadas conforme preenchimento no referido Sistema. Neste sentido, a execução física correta por parte desta Ação é de 44 campanhas, ou seja, 95,6% do físico previsto (44 campanhas realizadas, dentre 46 previstas).

"Queremos alertar ainda que, de acordo com o PPA, estariam previstas 02 campanhas para os exercícios de 2010, 2011 e 2012, o que não corresponde ao número de metas estabelecido pelo Departamento de Marketing, que foi de 05 para cada ano. A área desconhece os valores previstos para os anos subseqüentes do PPA."

4620 - Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno

Manifestação SNPTur:

"Nesta Ação, ocorre situação semelhante à da Ação 4038, ou seja, a opção por considerar outros localizadores, que não o "0001", inclui metas físicas superestimadas por localizadores de emendas parlamentares. Considerando apenas o localizador "0001", temos os valores informados no segundo quadro: 932 eventos previstos e 460 realizados. Ainda assim, o valor de 932 eventos previstos no SIGPlan, no localizador 0001, para 2008, nos causa estranheza, já que os próprios valores físicos previstos no PPA, e seus anos correspondentes, indicam ainda um outro valor com origem desconhecida por este Ministério: 937 eventos previstos para o ano referente. Nenhum dos dois valores fazem sentido, de acordo com a área técnica do MTur responsável pela gestão desta Ação. A mesma incoerência é apresentada para o presente ano (2009), quando o SIGPlan traz para a Ação 4620.0001 a previsão de 1.176 eventos para o ano. Novamente, o MTur desconhece a origem destes valores previstos."

5130 - Salão Brasileiro do Turismo

Manifestação SNPTur:

"Em relação a esta Ação, informamos que em 2007, mesmo ano de elaboração do PPA 2008-2011, o Ministério do Turismo, no âmbito desta Ação, como estratégia de gestão, deu preferência ao apoio a salões estaduais do turismo, e não ao Salão Nacional. Neste sentido, no momento da elaboração do PPA 2008-2011, tinha-se a idéia de continuidade deste modelo para os anos subseqüentes, o que justifica a proposta de realização de 11 eventos em 2008 e 2010, e de 10 eventos em 2009 e 2011. Entretanto, a partir de 2008, o Ministério decidiu retomar o apoio ao Evento exclusivamente em âmbito nacional, o que justifica a meta física realizada igual a 1. Desta forma, tanto para 2008 como para 2009, a meta física prevista e realizada é de 1 evento por ano (Salão do Turismo - âmbito nacional)"

Recomendação 001:

Relativa à Ação 4104:

Recomenda-se que, no próximo Relatório de Gestão (ref. ao exercício 2009), sejam apresentados os dados compilados pela SNPTur e os derivados de pesquisas realizadas, com uma evolução histórica dos mesmos, para avaliação do panorama geral do desenvolvimento turismo no país.

Recomendação 002:

Relativa à Ação 4092:

Recomenda-se que a SNPTur busque, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, constante interação, de modo que os indicadores e metas inseridos no SIGPLAN representem fidedignamente os dados trabalhados pelo Mtur.

Recomendação 003:

Relativa à Ação 8256:

Recomenda-se que a SNPTur atente para o estabelecimento dos produtos de suas ações, de modo que, ao executá-las, fique claro qual o objetivo a ser atingido e como mensurá-lo.

Recomendação 004:**Relativa à Ação 4038:**

Quanto à previsão e execução de suas ações, recomenda-se que a SNPTur procure sintonizar as informações constantes do SIGTUR, do SIGPLAN e do PPA, cuidando para que haja coerência entre os dados inseridos em cada sistema e os estabelecidos como referência - no caso, Plano Plurianual e PNT 2007/2010.

No período de inserção das emendas parlamentares ao orçamento, evitar esforços no sentido de orientar ao Congresso Nacional quanto ao estabelecimento de metas físicas compatíveis com os valores destinados ao financiamento dos eventos/empreendimentos, de modo a evitar ou minimizar o estabelecimento de metas superestimadas.

Recomendação 005:**Relativa à Ação 4620:**

Quanto à previsão e execução de suas ações, recomenda-se que a SNPTur procure sintonizar as informações constantes do SIGTUR, do SIGPLAN e do PPA, cuidando para que haja coerência entre os dados inseridos em cada sistema e os estabelecidos como referência - no caso, Plano Plurianual e PNT 2007/2010.

É necessário ainda atentar para o aceite de emendas parlamentares com previsões de metas físicas passíveis de serem atendidas com o recurso estipulado, de modo que não haja resultados superestimados.

Recomendação 006:**Relativa à Ação 5130:**

De forma análoga à Ação 4038 - Campanha para a Promoção do Turismo no Mercado Nacional, recomenda-se que, quanto à previsão e execução de suas ações, a SNPTur procure sintonizar as informações constantes do SIGTUR, do SIGPLAN e do PPA, cuidando para que haja coerência entre os dados inseridos em cada sistema e os estabelecidos como referência - no caso, Plano Plurianual e PNT 2007/2010.

4.2 QUALIDADE E CONFIABILIDADE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO UTILIZADOS E CONTROLES INTERNOS IMPLEMENTADOS PELA GESTÃO

Foram analisados os indicadores utilizados pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur, obtidos por meio do Relatório de Gestão (exercício 2008) e pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN.

As análises foram efetuadas acerca dos indicadores apresentados para os Programas de Governo 1001 - Gestão de Políticas de Turismo e 1166 - Brasil: Uma Viagem de Inclusão.

ANÁLISE DOS INDICADORES PROGRAMA 1001 - GESTÃO DE POLÍTICAS DE TURISMO

Foi informado que o Programa 1001 - Gestão de Políticas de Turismo não possui indicadores específicos junto ao SIGPLAN, por ser um programa de apoio às políticas públicas. Entretanto, segundo consta no Relatório de Gestão 2008, utiliza-se as metas e indicadores definidos pelo Plano Nacional de Turismo - PNT 2007/2010, que constituem elementos de referência para a avaliação da efetividade e dos resultados da política nacional de turismo.

Existem quatro metas estabelecidas para o Plano Nacional de Turismo, a saber:

- Meta 1: Promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno (Viagens domésticas realizadas);
- Meta 2: criar 1,7 milhões de novos empregos e ocupações (Novos empregos e ocupações criados);
- Meta 3: estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional (Estruturação de Destinos Turísticos);
- Meta 4; Gerar US\$ 7,7 bilhões em divisas (Divisas geradas pelo Turismo).

Tais metas são cumulativas, esperando-se alcançar tais resultados ao final do período do PNT (até 2010). Para o exercício de 2008, foram estabelecidos objetivos específicos, apresentados na tabela seguinte, de forma a mostrar um panorama das previsões desse Plano a partir de 2007.

METAS PREVISTAS PNT 2007/2010		
META PNT 2007/2010	Previsão 2007	Previsão 2008
Meta 1: Viagens domésticas realizadas	163 milhões viagens	179 milhões viagens
Meta 2: Novos empregos e ocupações criados	335 mil empregos	400 mil empregos
Meta 3: Estruturação de Destinos Turísticos	----- (não houve)	15 destinos
Meta 4: Divisas geradas pelo Turismo	US\$ 5,1 bilhões	US\$ 5,8 bilhões

Para mensurar o alcance dessas metas são utilizados indicadores indiretos, tendo seus dados compilados ao longo do exercício para, após análise, demonstrarem se os objetivos previstos foram atingidos.

RESULTADOS APONTADOS POR INDICADORES INDIRETOS			
META PNT 2007/2010	INDICADORES INDIRETOS UTILIZADOS	2007	2008
Meta 1: Viagens domésticas realizadas	Desembarque em vôos nacionais (em milhões)	50,02 milhões de desembarques	48,27 milhões de desembarques
	Crédito ao consumidor/Cartão Turismo CEF (em milhões)	R\$ 79,81 milhões	R\$ 96,23 milhões
Meta 2: Novos empregos e ocupações criados	Nº de estabelecimentos Hoteleiros	24,29 mil	ainda não disponível (*)
	Financiamentos concedidos (em bilhões)	2,57 bilhões	R\$ 3,60 bilhões
Meta 3: Estruturação de Destinos Turísticos	Pessoas qualificadas	126.874 pessoas (**)	65.880 pessoas(**)
	Empresas de turismo cadastradas	32.000 empresas	34.730 empresas(***)
Meta 4: Divisas geradas pelo Turismo	Desembarques internacionais (em milhões)	6,45 de desembarques	6,48 milhões de desembarques
	Assentos ofertados/vôos internacionais (em milhões)	8,10 milhões de assentos em vôos internacionais	8,76 milhões de assentos em vôos internacionais
	Investimentos em Promoção externa (US\$ milhões)	US\$ 63,67 milhões	US\$ 71,24 milhões

(*) aguardando disponibilização de números da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para o exercício 2008

(**) números referentes aos convênios celebrados

(***) dados CADASTUR

De modo geral, os indicadores apresentados são coerentes com a avaliação que se pretende obter das metas do PNT 2007/2010. Apesar de serem indiretos, a análise de tais fatores em conjunto reflete a situação do turismo no país, seja por meio do aumento no número de estabelecimentos hoteleiros em funcionamento - e, conseqüentemente, um aumento no número de empregos criados -, seja pelo crescimento do índice de desembarques internacionais no Brasil - e, por conseguinte, um quantitativo de estrangeiros maior circulando pelo país e gerando mais divisas.

Para quantificar o número de viagens domésticas realizadas no exercício, o Mtur toma por base uma pesquisa amostral domiciliar efetuada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, cujos resultados para 2008 ainda não foram apresentados. De maneira geral, analisando a evolução dos indicadores entre 2007 e 2008, observa-se que houve redução

no número de desembarques domésticos - devido à retração na economia no segundo semestre de 2008, em função da crise financeira internacional -, prejudicando o alcance dos resultados pretendidos. Entretanto, a oferta de crédito ao consumidor (por meio do Cartão Turismo da Caixa Econômica Federal) aumentou significativamente, devendo ser considerada como avanço, especialmente diante da conjuntura econômica atual.

Em relação à Meta 2, como os números da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - para o exercício 2008 encontram-se ainda indisponíveis, o Mtur adotou uma estimativa do número de empregos e ocupações gerados a partir dos dados do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, para todo o exercício. De acordo com estes critérios, foram criados 318.294 novos empregos e ocupações nas Atividades Características do Turismo e, somando-se este número ao de 2007 (382.998), obtém-se um total de 701.292 empregos e ocupações gerados pelo turismo, valor muito próximo da meta para os dois anos juntos que é de 735 mil empregos. Dessa forma, o indicador da CAGED tornou-se uma maneira eficiente de avaliar o andamento da política nesse ponto.

Quanto ao conceito de Destino Turístico Estruturado no Padrão de Qualidade Internacional, relativo à Meta 3, foi estabelecido pelo Mtur uma matriz de competitividade, que analisa cinco macro dimensões e treze dimensões relacionadas ao turismo, nos 65 destinos turísticos indutores priorizados a partir do Plano de Marketing Turístico Internacional. Esta matriz foi aplicada pelo Ministério a cada um destes destinos, de modo a identificar o seu padrão de competitividade. Desse modo, as dimensões analisadas constituem referenciais para a elaboração de um diagnóstico e para a indicação de ações visando a qualificação dos destinos selecionados e o correspondente aumento de competitividade.

Foi informado pela unidade que a aferição dessa meta se dará pelo acompanhamento da evolução dessa classificação da competitividade, com base na matriz referida, em cada um dos destinos selecionados. Na ausência desta informação, que será obtida ao longo do PNT, pode-se avaliar indiretamente o alcance da meta, verificando número de empresas de turismo cadastradas pelo Mtur, que obteve um aumento razoável em 2008. Já o número de pessoas qualificadas, por ser calculado segundo a quantidade de convênios para capacitação celebrados pelo Ministério, não se mostra um índice efetivo, pois não aponta outras ações de qualificação, nem demonstra o aperfeiçoamento da mão-de-obra do setor.

Concluindo, quanto à Meta 4 - Geração de Divisas pelo Turismo, têm-se que os três indicadores apresentados tiveram aumento em seus números, demonstrando o crescimento do turismo internacional no Brasil. Tal meta se refere aos valores oficialmente registrados pelo Banco Central do Brasil, que apontou US\$ 5,78 bilhões gerados em 2008, aproximando-se do valor previsto para o exercício (US\$ 5,8 bilhões).

ANÁLISE DOS INDICADORES PROGRAMA 1166 - Brasil: Uma Viagem de Inclusão.

Além dos indicadores utilizados para o Plano Nacional de Turismo - PNT 2007/2010, que servem à avaliação tanto do Programa 1001 - Gestão de Políticas de Turismo quanto do Programa de Governo 1166 - Brasil: Uma Viagem de Inclusão, foram verificados os demais indicadores criados para este programa, mediante consulta no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN.

Neste sistema foram encontrados quatro indicadores específicos para o Programa 1166, listados a seguir:

INDICADORES PROGRAMA 1166 - Brasil: Uma Viagem de Inclusão.		
Indicador	Fórmula de Cálculo	Órgão responsável pelo levantamento
Fluxo de Turistas Domésticos	Somatório da contagem direta do número de turistas domésticos em viagem pelo país.	EMBRATUR
Gasto médio do Turista Estrangeiro no país (*)	Média do somatório de todos os gastos realizados pelos turistas estrangeiros por dia durante suas permanências em nosso País.	EMBRATUR
Novos empregos e ocupações gerados no setor de turismo (base municipal)	Somatório do número absoluto de novos empregos e ocupações gerados no segmento do turismo.	MTE
Taxa de participação dos Principais destinos turísticos no total da demanda turística (base estadual)	Percentual estadual sem metodologia de cálculo definida ainda.	MTUR

(*) Segundo a SNTur, tal indicador não é adequado à análise desse programa, devendo referir-se ao Programa 1163 - Brasil: Destino Turístico Internacional, de responsabilidade da EMBRATUR. Os ajustes no SIGPLAN já foram solicitados junto ao MPOG.

O Objetivo geral do Programa 1166 é aumentar o fluxo do turismo mediante a estruturação e diversificação da oferta turística brasileira. O uso dos indicadores citados se mostra coerente com esse objetivo, pois além de se verificar o quantitativo de turistas em trânsito em meio doméstico, ainda é avaliado o percentual de participação de cada um dos principais destinos turísticos, sobre a demanda total. Este percentual pode indicar localidades nas quais o Mtur deve envidar esforços para estimular o turismo, bem como indicaria lugares com boa estruturação, que poderiam servir de modelo para outros.

Porém, este indicador ainda está em fase de preparo, sem uma metodologia de cálculo estabelecida, restando os indicadores do Plano Nacional de Turismo - PNT 2007/2010 como fontes de avaliação e acompanhamento do alcance de metas.

Além disso, ao consultar o SIGPLAN, foi observado que os dados referentes a esses indicadores não estão sendo atualizados - à exceção do indicador "Novos empregos e ocupações gerados no setor de turismo (base municipal)", que tem seus dados atualizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Na tentativa de avaliar os controles internos da Unidade e subsidiar os trabalhos de Auditoria Anual de Contas, foram solicitados esclarecimentos acerca da execução de convênios com vigência no exercício de 2008. Todavia, alguns dos itens não foram atendidos até o encerramento dos trabalhos de campo, restando prejudicada a análise dos processos em tempo hábil, por parte desta Controladoria.

Diante do exposto, tais convênios serão objeto de análise e monitoramento em período posterior, sem isentar a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo de atender as solicitações efetuadas.

Recomendação 001:

Relativa ao Programa 1001 :

Em relação à Meta 3: Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional (Estruturação de Destinos Turísticos), recomenda-se que sejam apresentados, no próximo Relatório de Gestão (ref. Exercício 2009), os dados tabulados relativos à Matriz de Competitividade criada. É interessante que se evidencie a evolução da classificação de competitividade, demonstrando assim a efetividade da atuação do Mtur no cumprimento dessa meta.

Recomendação 002:

Relativa ao Programa 1001 :

Ainda referente à Meta 3, é recomendado que a SNPTur desenvolva um indicador específico para verificar o quantitativo de pessoal qualificado no setor de turismo, bem como mensurar a qualidade da prestação de serviços; tendo em vista que o indicador indireto utilizado refere-se apenas ao número de pessoas atendidos em convênios de capacitação. Um instrumento específico de mensuração demonstraria as verdadeiras carências do setor, indicando caminhos para a criação de políticas eficazes e eficientes de treinamento e aprimoramento de mão-de-obra, estruturando a prestação de serviços de acordo com padrões internacionais.

Recomendação 003:

Relativa ao Programa 1166:

Recomenda-se que o indicador "Taxa de participação dos principais destinos turísticos no total da demanda turística" seja desenvolvido, em base estadual, com metodologia de cálculo próprias, devendo o Mtur levantar dados a respeito do tema.

Recomendação 004:

Relativa ao Programa 1166:

É necessário que o Ministério do Turismo alimente o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN com as informações referentes aos seus Programa e Ações de Governo, efetuando levantamento de dados durante o exercício e inserindo-os no sistema, de modo a facilitar o acesso aos resultados de seus trabalhos.

4.3 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Na análise dos instrumentos de transferência celebrados pelo Ministério do Turismo, foi verificado que, no exercício de 2008, havia 1.790 convênios vigentes, totalizando R\$ 15.440.430,60. Deste conjunto, selecionou-se 06 convênios para avaliação, segundo critério de materialidade, nos quais a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo -

SNPTur é responsável pelas etapas de formalização, fiscalização, empenho e análise técnica de prestação de contas, sendo esta posteriormente encaminhada à Coordenação-Geral de Convênios - CGCONV.

Tais convênios, de forma geral, têm como objeto efetuar eventos para promoção do turismo nos locais de sua realização, como por exemplo o termo firmado com a Secretaria Estadual de Turismo de Pernambuco para os Festejos Juninos na região. Outros foram planejados para, de maneira mais ampla, organizar e desenvolver a atividade turística de forma regionalizada, como é o caso do convênio celebrado entre o Mtur e a Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais.

A avaliação desses instrumentos teve como objetivo verificar a adequação dos controles internos ao acompanhamento das transferências concedidas, inclusive quanto ao cumprimento de princípios constitucionais; além de identificar a existência de critérios adequados de seleção de propostas. Os instrumentos selecionados para avaliação encontram-se listados a seguir:

SIAFI	Conveniente	Objeto da Transferência	Valor pactuado (R\$)
553469	Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais	Desenvolver ações estruturantes no destino turístico "Cidades Históricas de Minas Gerais".	4.657.229,00
625546	Comissão XXI de Desenvolvimento Sócio-cultural	Brasília Capital Cultural.	2.621.000,00
592358	Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux - FBC&VB	Ação de promoção do turismo nacional na cidade do Rio de Janeiro por ocasião da realização dos jogos Pan-Americanos.	2.332.930,00
630513	Secretaria Estadual de Turismo - SETUR	Festejos Juninos para a promoção do Estado de Pernambuco.	2.420.000,00
629797	Empresa de Turismo de Pernambuco S/A	São João em Pernambuco 2008 - Apoio aos Eventos do Calendário Junino.	1.704.050,00
624888	Prefeitura Municipal de Maracanaú	São João em Maracanaú/CE.	1.705.221,60

Dentre os critérios de seleção apresentados pela SNPTur, além dos requisitos legais já aplicáveis, está o oferecimento, por parte do conveniente (Estados ou Municípios), de uma boa infra-estrutura turística - rede hoteleira, facilidades de acesso, segurança, gastronomia, entre outros -, demonstrando a capacidade de comportar as demandas exigidas pelo evento a ser realizado. Também, no caso de convênio para incentivo ao desenvolvimento do turismo na região proposta, verifica-se quais os potenciais turísticos que o conveniente pode ofertar, buscando avaliar se a celebração do termo trará resultados efetivos e congruentes com o Plano Nacional do Turismo - PNT 2007/2010.

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo acrescentou ainda que, para ter seu pleito atendido, o conveniente deve atender aos requisitos constantes da Portaria Mtur nº171, de 19 de Setembro de 2008, documento criado recentemente para estabelecer regras e critérios para apoio a projetos de promoção de eventos e divulgação do turismo brasileiro no mercado nacional.

Depois de firmado o termo de convênio, a fiscalização e o acompanhamento da execução são efetuados pela SNPTur, por meio da Coordenação-Geral de Monitoramento de Convênios. A análise das prestações de contas é feita pela Coordenação-Geral de Convênios, após emissão de

parecer técnico pela SNPTur, atestando a realização do objeto conveniado.

Foi avaliado também se a Secretaria atendeu ao princípio constitucional de publicidade em seus atos, requisitos indispensável de eficácia dos atos públicos. O fato motivador foi a ausência de elementos que comprovassem o prazo mínimo legal de divulgação das chamadas públicas realizadas pela SNPTur em 2008. De acordo com a Portaria Interministerial 127/2008, "ao chamamento público deve ser dada publicidade pelo prazo mínimo de quinze dias, especialmente por intermédio da divulgação na primeira página do sítio oficial do órgão ou entidade concedente".

Com base na análise da resposta apresentada, o Controle Interno verificou que os chamamentos nº 01, 02 e 03, de 2008, obedeceram ao prazo mínimo estipulado e foram devidamente divulgados na página principal do Ministério. Entretanto, para a Chamada de Projetos nº 04/2008 houve um período de divulgação de dez dias, prazo cinco dias inferior ao que determina a referida Portaria.

Nesse sentido, foi recomendado que o gestor observe o cumprimento dos prazos previstos na Portaria Interministerial 127/2008, sob pena de descumprir o princípio da publicidade, orientando seu quadro de pessoal para que o fato não venha a se repetir em chamadas públicas posteriores.

4.4 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Segundo o Relatório de Gestão 2008, encaminhado a esta Coordenação pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, a composição de recursos humanos da unidade jurisdicionada apresentou a seguinte evolução (Despesas em Reais):

Situação Funcional	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesas	Quant.	Despesas	Quant.	Despesas
Ativo Permanente	27	63.131,96	34	69.744,16	45	92.308,46
Nomeados	30	70.170,31	27	126.873,42	37	173.589,56
Requisitados sem ônus	11	24.985,66	8	18.171,39	5	15.628,77
Requisitados de órgãos	1	3.533,34	1	3.533,54	1	8.805,75
Estagiários	11	5.046,47	13	5.964,01	9	4.129,00
Total	80	166.867,74	83	226.093,52	97	294.461,54

Apesar da evolução no número de servidores desta unidade, a SNPTur, quando questionada - por meio da SA 224445/002 (item 17) - acerca de atrasos na avaliação de convênios e suas respectivas prestações de contas, encaminhou o Ofício nº 065/2009/SNPTur/GAB/MTur, informando que:

"(...) cumpre esclarecer algumas situações nas quais não isentam, mas de certa forma justificam a demora na análise financeira de alguns convênios.

Ocorre que esta pasta ministerial está passando por reformulações desde ano de 2008, inclusive com mudanças físicas, visto que a área responsável por realizar a análise de prestação de contas financeiras foi realocada para o 10º andar do Shopping ID, sala 1009, somado a isso,

no período compreendido de novembro de 2008 a abril de 2009, nos deparamos uma enorme demanda de processos, já que o Plano Nacional de Turismo lançado pelo Governo Federal em julho de 2008 atraiu o interesse de vários setores ligados ao turismo nacional.

Levamos em consideração a ordem cronológica de entrada dos convênios nesta Coordenação. Nesse caso específico, o processo (Processo 72000.001570/2008-93 - Convênio 146/2008 - SIAFI 625546) foi analisado em parte, no que diz respeito à prestação de contas técnica, e está sendo analisado pela área competente no que diz respeito à parte financeira, onde serão apuradas quaisquer irregularidades, inclusive, as já detectadas por esta equipe de auditoria.

Importante, também, frisar que o atraso em realizar a análise financeira in casu deveu-se, dentre outras, a complexidade de medições que permeiam a relação entre os custos do objeto e os documentos fiscais comprobatórios por parte da Conveniente na execução do convênio em tela, bem como devido ao reduzido quadro técnico atual para análise minuciosa desta variável, frente ao elevado número de Convênios celebrados, sobretudo nos períodos de maior concentração (novembro; dezembro; e períodos pré-eleitorais).

Outrossim, tínhamos funcionários terceirizados que auxiliavam os técnicos nas análises dos processos, mas não podiam responder efetivamente pela análise, já que não possuem vínculo com a Administração Pública Federal, passando a realizar, apenas serviços administrativos. Ademais, no ano de 2008 o Ministério ciente desse problema, realizou concurso público visando a contratação de servidores temporário, os quais estão sendo convocados de forma gradativa.

Informação, a título de conhecimento, que foram analisados por esta Coordenação mais 1.200 processos, conforme pode ser comprovado pela relação de processos analisados anexa. Portanto, devido ao número reduzido de técnicos nomeados e concursados e à exigüidade de tempo para análise dos processos iniciais, restou, por ora, prejudicada a análise das prestações de contas financeiras. (grifos não contidos no original)

Desta maneira, a SNPTur buscou demonstrar que eventuais atrasos ocorrem devido a um número reduzido de servidores capacitados para efetuar uma análise técnica consistente dos convênios celebrados. Além disso, há um número elevado de convênios pleiteados a serem celebrados mediante uso de recursos oriundos de emendas parlamentares, exigindo um quantitativo maior de servidores para atender tal demanda.

Informou ainda a SNPTur que, em fevereiro de 2009, "houve substituição do Coordenador-Geral de Monitoramento, Fiscalização e avaliação de convênios, que imediatamente traçou um plano estratégico de acompanhamento dos eventos afetos a SNPTur, como a designação de servidores para acompanhamento e fiscalização dos convênios, levando-se em conta a peculiaridade do plano de trabalho, o valor repassado pelo Ministério, as regiões territoriais e quaisquer suspeitas de possíveis irregularidades na execução".

RECOMENDAÇÃO 001:

Diante do exposto, acatou-se a justificativa de gestor, recomendando esta Coordenação que a SNPTur elabore um planejamento de

suas atividades, distribuindo um plano de tarefas entre seus servidores, visando aprimorar a execução das análises dos convênios celebrados. Ademais, recomenda-se que esta Secretaria objetive pleitear, junto às unidades responsáveis do Ministério do Turismo, o ingresso de novos servidores em seu quadro, seja por novo concurso público, seja por redistribuição no âmbito do Mtur.

4.5 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Para confirmar o atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União, foi verificado se as providências apresentadas pelo gestor no Relatório de Gestão 2008 atendem às determinações contidas nos Acórdãos emitidos pelo TCU. De forma complementar, por meio de Solicitação de Auditoria, foram solicitadas as providências adotadas para atendimento dos mesmos.

Segundo o Ofício nº 065/2009/SNPTur/GAB/MTur, encaminhado a esta Coordenação pela SNPTur, do conjunto de determinações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, no exercício de 2008, nenhuma continha orientação expressa para que houvesse acompanhamento da Secretaria Federal de Controle Interno.

4.6 CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Foi efetuado levantamento das despesas com viagens do Mtur no exercício de 2008, verificando-se que estas totalizaram R\$ 4.743.931,80, sendo R\$ 1.809.577,26 referente a gastos com diárias e R\$ 2.934.354,54 com passagens.

No tocante aos gastos com diárias, observou-se a existência de 2.421 (dois mil quatrocentos e vinte e um) deslocamentos ocorridos em finais de semana e feriados realizados por servidores ocupantes de cargos em comissões ou funções de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTUR, da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo - SNPDTUR e da Coordenação Geral de Convênios - CGCONV do Ministério do Turismo.

A partir desse universo considerado, gerou-se amostra não-probabilística para análise composta por viagens realizadas pelos ocupantes de funções e cargos comissionados. A análise teve como objetivo verificar se as concessões de diárias e passagens com inícios nas quintas ou sextas-feiras, incluindo finais de semana e/ou feriados, a servidores ocupantes de cargos e funções públicas, observou as disposições contidas no § 2º do art. 5º do Decreto nº 5.992/2006. Objetivou-se, também, verificar a ocorrência de viagens freqüentes por servidores para as suas localidades de origens.

Foram analisados 1019 deslocamentos (42% do universo considerado), os quais se referem às viagens realizadas por 99 servidores, sendo 47 da SNPTUR, 49 da SNPDTUR e 3 da CGCONV.

Observou-se que as concessões de diárias e passagens, em finais de semana e/ou feriados, a servidores ocupantes de cargos e funções públicas, foram devidamente justificadas pelas peculiaridades da execução dos programas do Mtur, não tendo sido constatadas situações de viagens irregulares.

4.7 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - Ministério do Turismo - não utiliza cartões de pagamento.

5. Entre as constatações identificadas pela equipe, não foi possível efetuar estimativa de ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

CERTIFICADO DE AUDITORIA

CERTIFICADO N° : 224445
UNIDADE AUDITADA : SNPTUR/MTUR
CÓDIGO : 540006
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO N° : 72000.000567/2009-33
CIDADE : BRASÍLIA

Foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de 01Jan2008 a 31Dez2008.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram provas nos registros mantidos pela(s) unidade(s), bem como a aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria

3. Em nossa opinião, diante dos exames aplicados, de acordo com o escopo mencionado no parágrafo segundo, consubstanciados no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão n° 224445 considero:

3.1 No que concerne à gestão dos responsáveis constantes do art. 10 da IN TCU n° 57/2008:

3.1.1 REGULAR com ressalvas a gestão dos responsáveis a seguir listados:

CPF	NOME	CARGO
"Nome e CPF protegidos por sigilo"		SECRETÁRIO SNPTUR

FALHA(S) MEDIA(S)

1.1.2.3

Contratação de artistas por inexigibilidade com uso de cartas de exclusividade restritas às datas dos eventos.

3.1.2 REGULAR a gestão dos demais responsáveis tratados no mencionado Relatório de Auditoria.

Brasília, 26 de junho de 2009.

ROGÉRIO GOULART BARBOZA
COORDENADOR-GERAL DE AUDITORIA DAS ÁREAS DE TURISMO E DE ESPORTE



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO Nº : 224445
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO Nº : 72000.000567/2009-33
UNIDADE AUDITADA : SNPTUR/MTUR
CÓDIGO : 540006
CIDADE : BRASÍLIA

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da SFC/CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade referida, expresso, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros, constatações e recomendações, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício, cuja certificação foi pela "Regularidade com Ressalvas".

2. No exercício de 2008, verificou-se que a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo apresentou ações que impactaram de maneira positiva na gestão da Entidade, dentre as quais pode-se destacar as alterações na Ação 5130 - Salão Brasileiro do Turismo, que incluiu um módulo de Comercialização, focando a realização do evento nas vendas de destinos turísticos e influenciando os resultados da Ação 8256 - Apoio à Comercialização do Produto Turístico Brasileiro. Essas alterações possibilitaram a atuação do Ministério do Turismo junto aos operadores do setor, buscando consolidar o trabalho de promover os destinos brasileiros como pontos turísticos atrativos para o consumidor. Além disso, destaca-se a atuação na Ação 4104 - Sistema de Informações Turísticas, com o desenvolvimento de pesquisas no setor de Turismo para fomentar as políticas a serem estabelecidas pelo Ministério.

3. O foco das análises foi a execução das despesas dos Programas 1001 - Gestão de Políticas de Turismo e 1166 - Turismo Social no Brasil; Uma Viagem de Inclusão. Foram observados especialmente os convênios de eventos firmados para a promoção de destinos turísticos, com uso de recursos provenientes de emendas parlamentares.

4. Em observação ao escopo definido para os trabalhos de auditoria, foram identificadas dificuldades em relação ao acompanhamento e à fiscalização dos convênios, além de falhas nas análises de prestações de contas. Tais fatos desfavorecem a comprovação da execução do objeto pactuado.

5. Entre as causas estruturantes para os fatos apontados estão fragilidades nos controles internos, derivadas de quantitativo de pessoal insuficiente para efetuar as análises técnicas em razão do crescente aumento do volume de ajustes celebrados.

6. Ao longo do exercício, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo buscou, por meio da Ação 4104 - Sistema de Informações Turísticas, efetuar estudos para avaliação do panorama geral do desenvolvimento do turismo no país. Tais ações visam subsidiar as macro políticas turísticas em geral.

7. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei nº 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto nº 93.872/86 e inciso VIII, art. 12 da IN/TCU/Nº 57/2008 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei nº 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, de junho de 2009

Lucimar Cevallos Mijan

Diretora de Auditoria da Área de Produção e Tecnologia